

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Efeito greve faz consumo de gasolina cair 13% em 2018	2
Título: Destaques	3
Título: Produção nos EUA ajuda a segurar cotação do petróleo	3
Título: Setor químico aguarda política do gás.....	5
Título: Eternit pode demitir funcionários da Sama	6
Título: Curtas	8
Título: Sinal verde para Clealco vender usina	8
Título: Neoenergia registra IPO.....	9
Título: Petros estuda benefício menor para sanear plano.....	10
Título: Decreto estimula debênture incentivada para projeto sustentável.....	12
Título: Retomada e balanços pautam escolha de ações	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: BR recebe cinco ofertas por lojas de conveniência	16
Título: CGU apura contrato de empresa com Petrobrás.....	17
Título: Equipe econômica quer reduzir renúncia fiscal em um terço até o fim do governo ..	17
Título: Saldo comercial cai 8,7% em quatro meses.....	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Gás para crescer	20
Título: Governo corre para tentar convencer Congresso a liberar extra de R\$ 248 bi	21
Título: Não foi a ‘melhor decisão’ de Guaidó, diz Mourão	24
VEÍCULO: O Globo	24
Título: Michel Temer e angra 3	24

Título: Senadores tentam convencer STF a liberar exportação de amianto..... 25

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Efeito greve faz consumo de gasolina cair 13% em 2018

A greve dos caminhoneiros ocorrida no ano passado, cujo risco de uma nova edição preocupa ronda o país atualmente, influenciou o desempenho do mercado de combustíveis em 2018. O setor ficou praticamente estável (alta de apenas 0,3%) em relação ao ano anterior, totalizando 125,1 bilhões de litros. Sozinho, porém, o mercado de gasolina - um dos produtos com maior grau de desabastecimento durante a greve - sofreu fortemente o efeito da paralisação e recuou 13,1%, na mesma comparação, para 38,4 bilhões de litros.

Os dados fazem parte do anuário do mercado de combustíveis em 2018, lançado ontem pela Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural). "A greve dos caminhoneiros, ocorrida entre 21 e 31 de maio de 2018, afetou o consumo de combustíveis, em especial o da gasolina e do diesel. Os impactos na economia brasileira foram sentidos durante todo o segundo semestre de 2018", comentou a entidade no documento.

No caso do diesel, o impacto da greve, em termos percentuais, foi menos significativo. O consumo do combustível em 2018 foi de 55,6 bilhões de litros, com um crescimento de 1,6% ante 2017.

"Até abril de 2018, o mercado de diesel vinha com um crescimento acelerado de 4,2% em comparação com 2017. Com a greve dos caminhoneiros, o mercado desabou em maio com uma queda de 18,2%", informou a Plural, no documento.

Com relação aos demais combustíveis, a maior taxa de crescimento de mercado, na mesma comparação, foi justamente do combustível alternativo à gasolina: o etanol hidratado. Em 2018, as vendas do produto somaram 19,4 bilhões de litros, com aumento de 42,1%, em relação ao ano anterior.

De acordo com a entidade, os principais motivos para o aumento foram a elevação dos preços da gasolina da Petrobras, em comparação com os preços do etanol hidratado no produtor, e a queda da cotação do açúcar no mercado internacional, devido ao excesso de oferta provocada, principalmente, pela política de subsídios aos produtores de açúcar na Índia.

Em segundo lugar ficou outro produto alternativo à gasolina: o gás natural veicular (GNV). O consumo do energético cresceu 12,3% no ano passado, em comparação com 2017, totalizando 2,2 bilhões de metros cúbicos.

Além da gasolina, o outro combustível que registrou variação negativa na mesma comparação foi o óleo combustível, cujo mercado recuou 31,6%, para 2,3 bilhões de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Rede Duque agora é BR

A BR Distribuidora concluiu a negociação para que os 52 postos de combustíveis pertencentes à operadora Rede Duque no Estado de São Paulo operarem sob a marca Petrobras a partir de junho. Os novos postos Petrobras estarão em bairros da capital paulista e cidades como Guarujá, Sorocaba, Tatuí e Santo André. O acerto inclui 45 lojas de conveniência. "A Rede Duque está presente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em corredores que recebem grande fluxo de veículos, sendo pontos estratégicos para os consumidores de combustíveis e lojas de conveniência", diz o comunicado da BR.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Matthew Rocco | Financial Times, de Nova York

Título: Produção nos EUA ajuda a segurar cotação do petróleo

Os preços do petróleo caíram para seus níveis mais baixos em um mês ontem. A disparada da produção nos Estados Unidos manteve em segundo plano os temores sobre uma contração mundial da oferta. O barril do Brent para julho

fechou o dia cotado a US\$ 70,75, com queda de 1,98%. O barril do WTI para junho caiu 2,81%, a US\$ 61,81.

Uma lista de preocupações geopolíticas, que vão da turbulência política na Venezuela às sanções mais duras dos EUA sobre as exportações de petróleo bruto iraniano, ajudaram os preços a subir em abril. Mas nas últimas sessões os operadores passaram a se concentrar na forte produção de petróleo americano e russo, empurrando o petróleo do tipo Brent para abaixo do patamar de US\$ 70 por barril.

O Brent chegou a cair 3,3%, para US\$ 69,79 por barril, nas últimas operações, o que definiu um ritmo para o preço de referência internacional. Ele acabou fechando na sua marca mais baixa desde 4 de abril. Foi a queda mais acentuada do Brent em um dia em mais de dois meses. O WTI teve desempenho ainda pior, caindo 4% e chegando a seu valor de fechamento mais baixo desde 29 de março

A queda de ontem prolongou um movimento de perda que começou na quarta-feira, como reação a dados sobre os estoques de petróleo dos EUA. Os estoques do país cresceram 9,9 milhões de barris, seu maior ganho semanal até agora neste ano. A produção caminhou para uma nova alta recorde de 12,3 milhões de barris por dia.

A Agência de Informação de Energia dos EUA (Energy Information Administration - EIA) previu que a produção ficará em uma média de 12,4 milhões de barris por dia neste ano, e de 13,1 milhões em 2020, impulsionada pelo rápido crescimento da Bacia Permiana do Texas e do Novo México.

"O aumento maior do que o esperado dos estoques [nos EUA] teve influência no mercado, que viu uma inversão de muito de seus ganhos [na terça-feira] depois de comentários de um ministro saudita da área do petróleo, de que a Opep+ [Organização dos Países Exportadores de Petróleo ampliada com outros dez países] poderia continuar com seu acordo até o fim deste ano, ao mesmo tempo em que o mercado também ignorou em boa parte a instabilidade crescente na Venezuela", disse Warren Patterson, chefe de estratégia de commodities do ING. Inicialmente, o acordo fechado em dezembro prevê corte de 1,2 milhão de barris dia entre janeiro e junho.

Tom Essaye, fundador do The Sevens Report, disse que a retirada modesta, mas digna de nota, de 539 mil barris da Reserva Estratégica de Petróleo (Strategic Petroleum Reserve - SPR) era possivelmente o "fato mais interessante" nos dados sobre estoques. Esta é apenas a segunda vez que os EUA utilizaram sua reserva estratégica neste ano.

"Isso é notável porque confirma que o presidente Donald Trump voltou a considerar a sério preços mais baixos de energia, e a última vez em que ele 'ficou sério' os preços do WTI caíram aproximadamente 45% no fim de 2018", escreveu Essaye para seus clientes. "A dinâmica mundial do mercado de energia, no entanto, era muito diferente seis meses atrás, quando o Irã tinha isenções para exportar e a Opep não tinha adotado seus limites atuais para a produção."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Setor químico aguarda política do gás

A aprovação da resolução que cria o Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural no Brasil, no início de abril pelo Conselho Nacional de Política Energética, foi comemorada pelo setor químico. Há anos, a indústria tenta sensibilizar o governo quanto aos benefícios da confecção de uma política específica para o insumo, seja como fonte de energia, seja como matéria-prima - a indústria química é a que mais consome gás no Brasil. Sem essa política, diz o setor, o déficit comercial, que foi recorde no primeiro trimestre, continuará avançando.

Nos três primeiros meses do ano, o saldo negativo na balança comercial de produtos químicos totalizou US\$ 6,9 bilhões, com alta de 23,9% na comparação anual, segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Em 12 meses até março, o déficit somou US\$ 30,9 bilhões, 4,4% acima dos US\$ 29,6 bilhões negativos de 2018.

Houve avanço importante das importações no trimestre. As compras externas cresceram 9,9%, para US\$ 9,9 bilhões, só menores do que os US\$ 10,1 bilhões apurados no mesmo período de 2013 - naquele ano, o déficit comercial foi recorde em US\$ 32 bilhões. Segundo a Abiquim, se as perspectivas de retomada da economia e a expectativa de safra favorável se confirmarem, o saldo negativo em 2019 vai superar esses US\$ 32 bilhões.

Fertilizantes, defensivos agrícolas e intermediários seguem liderando a pauta de importações, com aumentos acima de 50%. Além disso, diz a Abiquim, com a hibernação da fábrica de fertilizantes nitrogenados da Petrobras na Bahia, o preço dos importados avançou 14,4% no trimestre.

Os números da balança comercial em volume dão força ao pleito da indústria. De janeiro a março, as importações chegaram a 10,4 milhões de toneladas, com

avanço de 22,5%, enquanto as exportações caíram 18,7%, para 3,1 milhões de toneladas.

Ao mesmo tempo, as exportações de químicos seguem afetadas pela crise na Argentina, principal parceiro comercial do país nesse setor. As vendas externas recuaram 12,4% no trimestre, para US\$ 3 bilhões, pressionadas também pela menor competitividade do produto brasileiro frente à concorrência internacional.

Por essa razão a indústria comemorou o avanço no programa "Novo Mercado de Gás", que pode resultar na formação de um mercado de gás natural aberto. Se houver mais concorrência, os preços do gás natural tendem a cair, aliviando os custos do setor. Para o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, a decisão do ministro da Economia, Paulo Guedes, de eliminar os entraves existentes ao uso do gás natural no país "é absolutamente correta e imprescindível para proporcionar mais competitividade para a indústria".

Conforme a entidade, entre os resultados esperados do programa estão o aproveitamento do gás do pré-sal e de outros campos relevantes, investimentos em infraestrutura de escoamento, processamento e transporte de gás, aumento da geração termelétrica a gás (com redução do preço da energia) e a "reindustrialização" de diferentes setores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Chiara Quintão | De São Paulo

Título: Eternit pode demitir funcionários da Sama

A Eternit informou que poderá demitir os mais de 400 funcionários da sua controlada Sama caso o Supremo Tribunal Federal (STF) não conceda efeito suspensivo da proibição da exploração do amianto para exportação, até o próximo dia 15, e os funcionários da mina não aceitem ficar sem recebimento enquanto estiverem em licença. O custo da folha mensal de pagamento dos funcionários da Sama é de R\$ 2 milhões, e o desembolso anual com plano de saúde de ex-funcionários, de R\$ 10 milhões.

"Se até o dia 15 não houver uma decisão do STF, não teremos de onde tirar dinheiro para pagar os funcionários da Sama", diz o presidente da Eternit, Luís Augusto Barbosa. Antes da paralisação das atividades, a mineradora - com operações em Minaçu (GO) - respondia por 20% do faturamento da companhia.

Barbosa diz que a responsabilidade da Sama com empregados e com o pagamento de plano de saúde a ex-funcionários é vinculada a um faturamento e que essas obrigações serão discutidas se a situação não se reverter. O grupo Eternit está em recuperação judicial há mais de um ano.

Em novembro de 2017, STF proibiu a extração e o uso de amianto crisotila em todo o país, ao dar efeito "erga omnes" (para todos) de decisão de lei fluminense de 2001 que determinou a substituição progressiva do mineral no Estado do Rio de Janeiro. A extração, o beneficiamento, transporte e a venda do mineral, além da produção e venda de telhas de amianto foram permitidas até que as partes envolvidas apresentassem embargos de declaração pedindo esclarecimentos ao acórdão da sentença, o que ocorreu em fevereiro.

Segundo o presidente da Eternit, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, teria dez dias úteis para emitir parecer sobre a questão, mas já se passaram mais de 60 dias. "A ministra Rosa Weber pediu para que Raquel Dodge devolvesse o processo para o STF há pelo menos dez dias, o que ainda não ocorreu", diz Barbosa.

Os funcionários da Sama tiveram férias coletivas entre os dias 19 de fevereiro e 5 de março. De 11 de março a 9 de abril, os empregados ficaram de licença não-remunerada. Em 16 de abril, começou a segunda licença não-remunerada, que vai até 15 de maio. Segundo Barbosa, desde que as licenças começaram, houve adiantamento do décimo-terceiro salário e da participação nos lucros e resultados (PLR) para os funcionários.

O executivo destacou que a Eternit não está pedindo ao STF a liberação do uso do amianto como matéria-prima no Brasil. "O que pedimos é que autorizem a exportação da fibra. Já direcionamos nossas fábricas [de telha] para utilizarem matérias-primas sintéticas", diz Barbosa. Em janeiro, a Eternit deixou de usar amianto na fábrica de Anápolis (GO), a última da empresa que utilizava a matéria-prima para a produção de telhas de fibrocimento.

A Eternit exportava amianto para os Estados Unidos, a Alemanha e o Sudeste Asiático. Os embarques ao mercado americano destinavam-se somente a aplicações industriais. "Na semana passada, o uso de amianto para a produção de telhas voltou a ser permitido nos Estados Unidos, o que abre um mercado gigantesco para a Sama", afirma o presidente da Eternit.

No sábado, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), outros cinco senadores e os vereadores de

Minaçu visitaram a mina de amianto. A Eternit defende que não há riscos na extração para os empregados, por eles não terem contato com a matéria-prima, em função dos processos utilizados.

As ações da Eternit fecharam cotadas a R\$ 2,02, queda de 4,27%.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/05/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Neoenergia na bolsa

A Neoenergia informou ontem que protocolou, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de suas ações ordinárias. Ela também apresentou à B3 pedido de registro para negociação de ações ordinárias de sua emissão no segmento de listagem Novo Mercado. A Neoenergia informou ainda que a oferta será coordenada pelo BB-Banco de Investimento, com o Bank of America Merrill Lynch atuando como agente estabilizador e J.P. Morgan como coordenador adicional. Outros coordenadores da oferta são o Credit Suisse, o Citigroup e o HSBC. Em março, a Neoenergia anunciou a intenção de realizar a oferta de ações. A proposta foi aprovada pelos acionistas em assembleia ocorrida na segunda-feira.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/05/2019
Seção:	Agronegócios
Autor:	Camila Souza Ramos De São Paulo
Título:	Sinal verde para Clealco vender usina

A assembleia de credores da Clealco aprovou ontem o plano de recuperação judicial da companhia, que prevê a venda da usina localizada em Queiroz (SP) como unidade produtiva isolada (UPI) - sem passivos - para abater parte da dívida. A empresa, que tem três usinas no interior paulista, entrou em recuperação no ano passado com um passivo que hoje está em R\$ 1,4 bilhão, incluindo créditos extraconcursais (que não se submetem à recuperação). O plano foi aprovado em todas as classes de credores.

A venda de uma usina já era cogitada pela empresa antes mesmo do pedido de recuperação judicial. Não foi estabelecido um valor mínimo para o leilão da unidade, que tem capacidade para processar até 4,5 milhões de toneladas de

cana por safra. A efetivação da venda, porém, agora precisará passar pelo crivo dos credores que escolherem a opção de receber seus créditos com os recursos levantados pelo leilão da usina.

Em caso de aprovação da venda, o valor será distribuído aos credores extraconcursais, aos com garantia real e aos quirografários (sem garantia real), cada um com pesos diferentes. Para os credores quirografários com até R\$ 15 mil a receber, foi aprovado um escalonamento dos pagamentos dos valores devidos de até 360 dias depois da homologação do plano.

Os credores que não aceitarem receber seus créditos com a venda da usina de Queiroz receberão os valores que lhes são devidos em prazos de 18 anos, no caso dos que possuem garantia real, e de 22 anos, para os quirografários. Para ambos haverá carência de dois anos no pagamento de juros e do principal, sendo que a taxa de juros será composta pela Taxa de Referência (TR) mais 0,5% ao ano.

Aos credores trabalhistas, o plano prevê um escalonamento dos pagamentos de créditos também de origem trabalhista conforme o valor devido, até 31 de dezembro. Sobre os créditos incidirá uma taxa composta pela TR mais 1% ao ano. Para os créditos que não têm origem trabalhista, mas que são devidos a credores dessa classe, o pagamento será feito em até um ano, corrigido pela TR mais 0,5% ao ano.

Os credores que se encaixam na categoria 4 (micro e pequenos empresários) que têm até R\$ 3 mil de crédito receberão todo o valor ao qual têm direito em até 30 dias após a homologação do plano. Créditos acima desse valor serão pagos de forma escalonada em até 360 dias após a homologação.

Um dia antes da assembleia, o Rabobank e a consultoria Pantálica pediram direito a voto conforme créditos que não haviam sido reconhecidos no processo de habilitação. Porém, o juiz Fabio Renato Mazzo Reis, da 1ª Vara Cível da Comarca de Birigui, negou os pedidos, afirmando que eles "deveriam ter efetuado pedido de voto" antes da instalação da assembleia, que ocorreu em 2 de abril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Neoenergia registra IPO

A distribuidora Neoenergia protocolou ontem na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) seu pedido de registro de oferta pública inicial de ações (IPO). A oferta será secundária, sem captação para o caixa da empresa.

A operação pode movimentar entre R\$ 3 bilhões e R\$ 3,5 bilhões, nas estimativas iniciais da empresa, conforme o **Valor** apurou. A oferta será coordenada pelo BB Banco de Investimento, Bank of America Merrill Lynch, J.P. Morgan, Credit Suisse, Citigroup e HSBC.

Já a Caixa Econômica Federal vai receber até a meia-noite de hoje as propostas de bancos de investimento que querem coordenar a venda das ações (follow-ons) que a instituição detém na empresa de energia Alupar e no Banco do Brasil.

As reuniões com os bancos para discutir suas propostas, por sua vez, estão agendadas para segunda e terça-feira da semana que vem, dias 6 e 7. Como os processos decisórios da Caixa têm sido ágeis, os participantes esperam que a definição dos sindicatos já seja comunicada na quarta-feira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petros estuda benefício menor para sanear plano

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, busca alternativas para o deficitário plano de benefício definido além da migração dos participantes para um fundo de contribuição definida, proposta que já foi divulgada. Um grupo de trabalho, formado por representantes dos empregados e da Petrobras, com o apoio técnico da Petros, estuda a possibilidade de ajustar os benefícios ao patrimônio existente. Seria uma outra solução para os problemas de sustentabilidade do PPSP, como o plano é chamado.

"Atualmente, a proposta está em fase de cálculo para verificar qual o percentual de ajuste que deverá ser realizado e sua eficácia", diz o relatório anual da Petros, divulgado ontem. Uma eventual implementação do plano, que vem sendo chamado internamente de PP-4, no entanto, pode ter um entrave por causa de uma medida recente.

Publicada em dezembro, a resolução 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União (CGPar) proibiu a criação de novos planos de benefício definido, o que seria necessário neste caso. "Embora esteja no caminho certo, a resolução deveria

preservar os direitos adquiridos e acumulados dos participantes para não inviabilizar alterações de regulamento e prever a possibilidade de BDs novos, menos generosos, exclusivamente para migração dos planos atuais", diz o sócio do escritório Bocater Advogados, Flávio Rodrigues.

O conceito de redução de benefícios, a exemplo do que foi feito na Fapes, fundo de pensão dos funcionários do BNDES, vale somente para os participantes ativos. E no plano da Petrobras, 93% são participantes assistidos.

A Petros pretende criar um novo plano de contribuição definida, chamado de PP-3, para que os participantes possam migrar de forma voluntária. Nesse modelo, os funcionários recebem os benefícios de acordo com o patrimônio acumulado, enquanto no benefício definido o valor a ser pago é acertado na adesão ao contrato. A aprovação ainda depende da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Segundo uma fonte, o PP-3 é mais interessante para os participantes que ainda estão na ativa, ou os recém-aposentados, um contingente de cerca de 25 mil pessoas, ou 35% do plano.

Outra medida em estudo é a cisão do grupo Pré-70 em um plano independente. São cerca de 18 mil participantes que entraram na estatal antes de 1º de julho de 1970, em sua maioria aposentados ou assistidos. Eles não contribuem para o equacionamento porque a Petrobras assumiu o compromisso de manter o equilíbrio de suas aposentadorias e pensões, o que era possível à época.

Os participantes do PPSP hoje fazem contribuições adicionais para sanear um déficit de quase R\$ 28 bilhões até 2017 e a Petros já informou que um novo resultado negativo no ano passado vai exigir mais um equacionamento, que ainda não entrou em vigor. Mas as liminares obtidas na Justiça contra os pagamentos extras atrasam o equacionamento em curso. Segundo a Petros, 74% das contribuições foram suspensas por 259 liminares concedidas pela Justiça. Nos últimos 12 meses encerrados em março, a frustração de receitas totalizou cerca de R\$ 1,5 bilhão.

No ano passado, o PPSP foi cindido em dois planos independentes: PPSP-Repactuados (PPSP-R), que tem regras de correção dos benefícios pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e PPSP-Não Repactuados (PPSP-NR), vinculado aos reajustes dos trabalhadores da ativa da Petrobras. Um estudo da fundação alerta que, se mantidas as restrições atuais, o PPSP-NR só terá recursos para pagar seus aposentados e pensionistas até 2030. Já os recursos do PPSP-R se esgotariam em 2033.

Dos 506 processos em andamento - 58 são ações coletivas -, 247 pedidos não foram atendidos ou tiveram as liminares suspensas pela Jus

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/05/2019****Seção: Finanças****Autor: Fabio Graner | De Brasília****Título: Decreto estimula debênture incentivada para projeto sustentável**

O governo finaliza um decreto que altera as regras das debêntures incentivadas de infraestrutura para estimular as emissões voltadas para o financiamento de projetos de energia alternativa renovável, como eólica e pequenas centrais hidrelétricas, e de desenvolvimento ambientalmente e socialmente sustentáveis, como saneamento e mobilidade urbana.

A medida tem por objetivo ampliar o uso desse instrumento de captação de recursos que conta com incentivo fiscal, atingindo um grupo de investidores que hoje está fora desse mercado. A ideia é dar uma liberação mais rápida ("fast track") para esse tipo de projeto, tirando a exigência de autorização prévia do ministério setorial.

Esse tipo de mecanismo já existe para emissões relativas a projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que abarca as grandes obras de infraestrutura objeto de concessões do governo federal. Nesses casos, em vez de o ministério setorial analisar e depois autorizar a emissão, a empresa apenas fará o registro na pasta à qual o projeto está relacionado.

"O nosso olhar é muito específico de que, dado o contexto de restrição fiscal do país, nós precisamos buscar mais investidores para o financiamento da infraestrutura", disse a coordenadora da área de sistema financeiro da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, Élidea Francioni. "O objetivo da SPE é tentar otimizar o acesso a recursos privados para a infraestrutura. Esse é um primeiro movimento".

No âmbito desse processo, a SPE vai publicar também um estudo sobre "Finanças Verdes no Brasil", no qual faz um diagnóstico desse mercado no país e no mundo. O material mostra que, no ano passado, o segmento de títulos "verdes" contava com cerca de US\$ 250 bilhões. "O investimento consciente [em que o investidor não se preocupa apenas com a rentabilidade, mas também com os efeitos da ação] tem se tornado questão relevante, sobretudo entre a geração millenials", diz o documento antecipado ao **Valor**. "Trata-se de uma área que apresenta potencial de tornar-se uma opção rentável para emissões de varejo e instituições cuja base de clientes incluirá cada vez mais essa geração".

Élidea explica que hoje há uma série de fundos e investidores que só se dispõem a aplicar seus recursos em projetos com selo de sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, ela informa que o decreto em finalização também dará o fast-track para emissão de debênture incentivada para projetos que não sejam diretamente caracterizados como sócio-ambientais, mas que incluam em seu escopo ações que permitam a obtenção de certificado de projeto de desenvolvimento sustentável.

"Um aeroporto, por exemplo, que contenha benefícios ambientais e que apresenta certificação, relatório de segunda opinião ou rating que ateste os benefícios ambientais poderá ter acesso a esse mecanismo", explicou Élide, acrescentando que esses tipos de certificação podem ser dadas por empresas nacionais ou internacionais.

O incentivo às debêntures relacionadas a projetos sustentáveis compõe o pacote de medidas para esse instrumento que vem sendo estudado desde o ano passado, no âmbito do grupo de trabalho de mercado de capitais. Em breve, como antecipou o **Valor**, deverá ser lançado projeto de lei ou medida provisória para permitir que o emissor da debênture possa ter o benefício fiscal, em vez do investidor, como é hoje. Isso seria uma opção para quem quiser atrair mais investidores institucionais, que já gozam de incentivo fiscal e seriam atraídos por uma taxa de juros maior cobrada nas emissões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Nathália Larghi | De São Paulo

Título: Retomada e balanços pautam escolha de ações

A Carteira Valor de maio reúne exportadoras e empresas bem posicionadas para uma aceleração da retomada econômica local. Empresas que apresentaram números sólidos no primeiro trimestre - mesmo com a economia doméstica ainda patinando -, foram as preferidas das corretoras. Segundo os analistas, essas companhias estão mais preparadas para o possível aquecimento econômico trazido por uma eventual aprovação na reforma da Previdência.

Pelo sétimo mês consecutivo, a Petrobras foi a mais indicada, dessa vez apontada por nove casas. O Grupo Pão de Açúcar (GPA) aparece na sequência, com cinco indicações, seguido pelas ações da Vale, com quatro. Bradesco, Banco do Brasil, Ambev, Gerdaul, BB Seguridade, Sabesp e IRB Brasil completam a lista com três indicações cada um.

A liderança da Petrobras foi justificada principalmente pela estratégia da empresa de diminuir a dívida e gerar mais caixa, medidas adotadas desde a gestão de Pedro Parente. Mesmo a interferência do presidente Jair Bolsonaro na política de preços não foi suficiente para abalar a confiança dos analistas na alta dos papéis da estatal.

Para Pedro Galdi, analista da Mirae, as ações da Petrobras vêm se recuperando mesmo após o que ele considerou um "mal entendido" sobre o anúncio do diesel, quando o presidente Jair Bolsonaro suspendeu o reajuste de 5,7% no preço e depois voltou atrás. "Mantemos a nossa expectativa de que a empresa deve seguir a atual política de reajuste de preços, redução do endividamento e venda de ativos."

A Elite Investimentos, destacou que na última semana a estatal atualizou seu plano de desinvestimentos e deve começar a vender metade das refinarias no Brasil, distribuição de gás e rede de postos de combustíveis no Uruguai, além de parte da participação na BR Distribuidora. Para a corretora, as vendas (que devem gerar US\$ 27 bilhões para o caixa da Petrobras) beneficiarão as ações da empresa.

Outro ponto relevante levado em consideração pelos especialistas é a cessão onerosa com a União. Recentemente, a Petrobras divulgou que receberá o valor de US\$ 9,058 bilhões, no fim deste ano. A discussão em questão trata de um contrato firmado em 2010, quando o governo permitiu à Petrobras explorar 5 bilhões de barris na área do pré-sal. Com a descoberta de um volume maior de petróleo, o governo venderá o excedente.

Outra exportadora de commodities que continua no radar das corretoras é a Vale. Segundo os analistas, o rompimento da barragem de Brumadinho fez com que a oferta pelo minério de ferro diminuísse. Isso aumentou o preço, o que deve gerar mais caixa para a empresa. Ele ainda destacou que há uma expectativa de retomada das atividades no complexo de minério de Vargem Grande, o que seria uma "notícia positiva".

A siderúrgica Gerdau também aparece na seleção. Segundo a XP Investimentos, a companhia deve ser beneficiada por uma retomada local, além de continuar sustentada pelas operações nos EUA. Segundo a casa, mesmo que as perspectivas de crescimento estejam mais "modestas", a recente queda de quase 12% dos papéis já "refletiu esse cenário", portanto, há espaço para alta.

Para os analistas, os bancos já estão se beneficiando de uma melhora mesmo tímida da economia, o que deve aumentar com uma eventual aprovação da reforma da Previdência. A escolha da Santander Corretora foi pelas ações do Bradesco. Para Ricardo Peretti, estrategista de pessoa-física, o banco tem potenciais benefícios provenientes do seu ciclo de crédito que ainda está atrasado em relação aos pares, principalmente se comparado ao Itaú. Portanto, existe mais espaço para ganhos e uma consequente valorização da ação.

Para a XP, o Bradesco é o melhor posicionado para se beneficiar da expansão do crédito para pequenas e médias empresas e pessoas físicas. "Além disso, está um passo atrás dos pares no processo de melhoria da qualidade de ativos, apresentando o maior potencial para queda nas despesas de provisão em 2019", disse a XP, em nota.

Na Guide, a escolha foi pelo Banco do Brasil. Segundo Rafael Passos, analista da casa, os últimos resultados do BB têm superado a expectativa do mercado. "Isso mostra uma contínua recuperação da qualidade da carteira de crédito, além do eficiente controle das despesas administrativas e crescimento das rendas de tarifas, reflexo do maior consumo de produtos e serviços", diz. Para Luiz Azevedo, do Safra, a justificativa para a escolha das ações do BB é o preço. Para o analista, elas estão mais baratas que a dos seus pares e, assim, têm mais espaço para alta.

Além das ações do BB, também entraram na seleção os papéis da BB Seguridade. Segundo Pedro Paulo Silveira, economista-chefe da Nova Futura, a escolha pelas ações da companhia é justificada pela "expectativa é que a companhia apresente maior rentabilidade ao longo de 2019". "Além disso, novos lançamentos de produtos devem agregar maior valor aos acionistas. Os múltiplos estão sendo negociados abaixo da média histórica, e nossa aposta cautelosa está sincronizada com o próprio guidance conservador do BB Seguridade, evitando surpresas negativas", afirmou.

A resseguradora IRB Brasil também aparece na seleção. A Elite Investimentos destaca a liderança da empresa no Brasil e na América Latina e afirma que o principal atrativo da companhia é a diversificação das receitas, já que 58% vêm do Brasil e 42% do exterior. Isso, segundo a casa, "garante a captura de ganhos tanto em cenários de estresse com alta do dólar, como de otimismo para a economia local".

Além do setor financeiro, empresas diretamente ligadas ao consumo também tendem a se beneficiar com a aceleração da retomada econômica. O Grupo Pão de Açúcar, por exemplo, teve cinco indicações. Galdi, da Mirae, destacou o aumento no volume de vendas no primeiro trimestre, que cresceu 12,4%. Para ele, os números que a empresa apresentou no período foram bons e a expectativa é que continuem assim ao longo do ano.

Para Passos, da Guide, a companhia tem mostrado "um forte ritmo de expansão das vendas, impulsionadas pela melhora em relação ao fluxo de clientes, ganho de market share e bom desempenho de vendas em 'mesmas lojas'". O analista afirma que a casa segue otimista em relação à companhia no ano de 2019, também devido à retomada da economia doméstica. Para Azevedo, do Safra, o Grupo Pão de Açúcar é o que mais deve se beneficiar de uma recuperação econômica. O analista afirma que a expectativa da corretora é que as ações da empresa tenham uma alta de 20% até o final do ano.

A escolha da Socopa foi pela Ambev. Para o analista Nicolas Takeo, a recuperação da economia doméstica, "ainda que mais fraca que o inicialmente previsto", deve permitir à companhia expandir seu volume de vendas e entregar bons resultados operacionais. "Isso favorece o desempenho das ações e, combinado com os 'valuations' atrativos, sustentam a nossa recomendação para esse papel", afirma.

Quem completa a seleção é a Sabesp. Para a Elite, a Medida Provisória 846, que altera o marco regulatório do setor de saneamento no Brasil, permitindo que os municípios, responsáveis pelo saneamento, assinem contratos com empresas privadas, pode dar impulso na privatização ou capitalização da companhia, o que poderia valorizar suas ações, já que haveria menos interferência política em suas decisões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: BR recebe cinco ofertas por lojas de conveniência

A Petrobrás Distribuidora, maior distribuidor de combustíveis do país, recebeu cinco ofertas de redes varejistas e investidores interessados numa parceria para operar lojas de conveniência em seus postos, segundo fonte. Entre os grupos

que entregaram propostas estão Lojas Americanas e os operadores de restaurantes International Meal Company e Sapore.

A rede mexicana de lojas de conveniência Oxxo, controlada pela Femsa, também entregou proposta, assim como o family office Sforza Holding, que administra a fortuna do bilionário Carlos Wizard Martins, que investe em varejo, fast-food e empresas de educação no Brasil. Com 8 mil postos de gasolina e apenas 1,4 mil lojas de conveniência, a BR pretende, com a parceria, aumentar o número de postos atendidos por lojas.

O modelo exato de parceria ainda está em discussão. Controlada pela Petrobrás, a BR Distribuidora deve ser privatizada este ano. BR Distribuidora, Lojas Americanas, IMC, Sapore e Oxxo não responderam a pedidos de comentário. A Sforza não quis comentar. / REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/05/2019

Seção: Política

Autor:

Título: CGU apura contrato de empresa com Petrobrás

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Corregedoria-Geral da União, instaurou processo administrativo de responsabilização contra a empresa Saipem S.A., subsidiária da multinacional italiana de Energia Eni, para investigar supostas irregularidades ocorridas durante a fase de celebração de contrato firmado com a Petrobrás. A reportagem não conseguiu contato com a Saipem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/05/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Equipe econômica quer reduzir renúncia fiscal em um terço até o fim do governo

Tesourada. Corte planejado em subsídios concedidos seria equivalente a 1,5% do Produto Interno Bruto até o fim de 2022, cerca de R\$ 102 bilhões em valores de hoje; no ano passado, o governo abriu mão de R\$ 292,8 bilhões em receitas, ou 4,3% do PIB

A equipe econômica trabalha em um plano de corte de renúncias fiscais na tentativa de reduzir os subsídios em mais de um terço do montante atual no

mandato do presidente Jair Bolsonaro. A intenção é cortar o equivalente a 1,5% do PIB até o fim de 2022, ou cerca de R\$ 102 bilhões em valores de hoje.

Essa é a primeira indicação de meta concreta de corte nos benefícios feita pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, embora a redução fosse uma bandeira desde a corrida eleitoral. Em 2018, o governo abriu mão de R\$ 292,8 bilhões em receitas, ou 4,3% do PIB. Fontes da área econômica evitam dar pistas sobre quais renúncias entrariam primeiro na mira do governo para não antecipar resistências que devem ser enfrentadas no Congresso Nacional, endereço sensível ao lobby de setores interessados nos benefícios.

A redução dos subsídios – que hoje representam 20,9% da arrecadação administrada da Receita Federal – não será tarefa fácil. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, a um custo extra de pelo menos R\$ 16 bilhões ao ano, estender benefícios a empresas que comprem insumos da Zona Franca de Manaus.

A pressão de setores também ficou evidente quando o presidente desautorizou o secretário da Receita, Marcos Cintra, depois de ele ter afirmado que o dízimo pago nas igrejas, hoje isento, seria tributado na proposta de reforma do governo.

Corte anual. Para alcançar seu objetivo, o governo incluiu no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2020 um dispositivo que exige um plano de redução das renúncias em 0,5% do PIB ao ano até 2022. O Ministério da Economia confirmou ao Estadão/Broadcast que a intenção é detalhar o corte em estudo com o projeto de Orçamento, que precisa ser enviado ao Congresso no fim de agosto.

O foco inicial seriam as reduções planejadas para 2020. A medida abre caminho para um ajuste nos chamados "gastos tributários" e vai na mesma direção da tesourada feita nos subsídios financeiros e creditícios bancados pelo governo em empréstimos concedidos pelo BNDES, créditos agrícolas e no Fies.

O Comitê de Monitoramento e Avaliação dos subsídios da União (CMAS), formado no ano passado por Ministério da Economia, Casa Civil e CGU, é o órgão responsável por coordenar a avaliação das políticas públicas e ajudará a identificar onde as renúncias não geraram o retorno esperado.

Hoje a maior renúncia é com o Simples Nacional, regime simplificado para empresas com faturamento bruto até R\$ 4,8 milhões anuais recolherem tributos. Pensado para micro e pequenas empresas, o Simples acaba abarcando a maior parte das companhias brasileiras, à exceção das grandes, causando uma

renúncia de R\$ 74,8 bilhões. Integrantes da equipe econômica já defenderam publicamente que a modalidade seja mais restrita.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/05/2019

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Saldo comercial cai 8,7% em quatro meses

Com a demanda mundial desaquecida e a economia brasileira em marcha lenta, o comércio entre o Brasil e outros países caiu em abril, com recuo tanto nas exportações quanto nas importações. Nos primeiros quatro meses do ano, houve queda de 2% na corrente de comércio, com redução de 8,7% no saldo comercial, 2,7% nas exportações e 0,8% nas importações. No mês de abril, as importações caíram (-1,2%) em proporção maior do que as exportações (-0,1%) e houve aumento de 2,3% no saldo comercial, com abril fechando em US\$ 6,061 bilhões.

De acordo com o subsecretário de Estatísticas de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior, Herlon Brandão, a principal causa da queda nas exportações é a redução do preço de produtos da pauta brasileira, como soja, petróleo, açúcar, café e automóveis, e do menor volume de minério de ferro exportado. No caso da soja, houve redução de 8% no preço nos primeiros quatro meses, resultado de uma combinação de menor demanda chinesa e excesso de oferta mundial. Já as vendas de minério de ferro foram afetadas pelos problemas enfrentados pela Vale que, desde a tragédia de Brumadinho, reduziu a produção.

Com isso, houve uma redução de 7% no volume exportado no quadrimestre. A crise econômica pela qual passa a Argentina também teve impacto nas vendas, principalmente de automóveis. Com isso, houve redução de 46,5% no total exportado para o país e 37,9% para o Mercosul. Já as vendas para o Oriente Médio tiveram alta de 30,4%, mesmo depois das ameaças de boicote aos produtos brasileiros por países árabes por conta da aproximação do Brasil com Israel.

"A questão comercial está apartada da política, Brasil continua exportando normalmente, principalmente carnes", afirmou Brandão. No total, as exportações de carne bovina in natura subiram 48% em abril e 6% no quadrimestre, enquanto carne de frango cresce 36% no mês e 3,3% no ano e carne suína 51% no ano e 7,7% em abril. / COLABOROU ANDRÉ ÍTALO ROCHA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 03/05/2019**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Gás para crescer

É meritório o objetivo de romper o monopólio da Petrobras nesse mercado; complexa, operação testará convicções liberais do governo Bolsonaro

É oportuna a tentativa do governo de repensar o funcionamento do mercado de gás natural com o propósito de reduzir de modo significativo o preço para o consumidor.

Por qualquer critério razoável, não faz sentido o combustível custar no Brasil mais de duas vezes as cifras observadas, por exemplo, nos EUA e na Europa. Que há algo de errado no modelo de monopólio da Petrobras, não resta dúvida.

As alterações em estudo pelos ministérios da Economia e de **Minas e Energia**, em cooperação com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e outros órgãos do governo, visam reduzir o poder de mercado da Petrobras.

A estatal federal detém 75% da produção de gás e é praticamente monopolista na infraestrutura de gasodutos e terminais de importação do produto por navios.

Por não contarem com os meios de tratamento e escoamento, as empresas privadas que produzem a parcela restante de 25% optam por vendê-la para a Petrobras.

Conforme noticiou esta Folha, o passo essencial será uma ação do Cade para exigir mudanças na conduta da Petrobras —onde há resistências à abertura do mercado.

Seriam determinados prazos para a venda de participações em gasodutos e distribuidoras, entre outros desinvestimentos capazes de reduzir a parcela da Petrobras a 50% da venda de gás. Também há que enfrentar os monopólios estaduais na distribuição.

Segundo estudo considerado pelo governo, a medida poderia destravar até R\$ 240 bilhões em áreas como siderurgia, alumínio, petroquímica, fertilizantes, papel e celulose, entre outras. Existem, como se vê, vastos interesses privados envolvidos no projeto, o que exigirá um cuidado redobrado de isenção por parte das autoridades.

No momento em que se aproxima o leilão referente à chamada cessão onerosa, que levará a mercado os barris de petróleo excedentes da área do pré-sal, cumpre revisar a legislação para favorecer novos investimentos em gasodutos, assegurar o direito de passagem nos existentes e forçar maior concorrência na distribuição.

Trata-se sem dúvida de um plano complexo, que deverá envolver também mudanças tributárias. Se bem realizada, a abertura desse mercado pode até propiciar uma chance de renascimento para os segmentos industriais intensivos em Energia que se tornaram inviáveis nas últimas décadas.

Para tanto será preciso atuar em todos os elos da cadeia na qual se forma o preço do produto. Estimativas do setor apontam que o gás em si representa apenas 46% do valor final, com o restante distribuído em impostos, margens de distribuição e transportes.

Permanecem dúvidas consideráveis acerca do apoio de Jair Bolsonaro (PSL) à agenda liberal de seu ministro da Economia. A capacidade do governo de levar adiante as metas ambiciosas de desestatização ainda está por ser testada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Thiago Resende

Título: Governo corre para tentar convencer Congresso a liberar extra de R\$ 248 bi

Autorização para emissão de dívida é vital para pagamentos de subsídios e benefícios do INSS

Brasília - Com uma base parlamentar modesta e instável, o Palácio do Planalto corre o risco de ficar sem recursos para pagar subsídios e benefícios a idosos carentes e pessoas com deficiência (BPC).

Para contornar esse grave problema de caixa, a equipe econômica do ministro Paulo Guedes passou a articular a aprovação do projeto de lei que autoriza o governo a gastar R\$ 248 bilhões com recursos a serem obtidos com títulos do Tesouro Nacional.

É a primeira vez que o Poder Executivo precisará desse tipo de aval do Congresso Nacional para realizar despesas como as transferências assistenciais aos mais pobres.

A chamada "regra de ouro" impede o governo federal de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência Social e benefícios assistenciais.

Guedes pediu ao Congresso para que, em 2019, haja uma exceção a essa limitação.

Por ser um caso incomum, o governo federal terá de obter 257 votos na Câmara dos Deputados e 41 votos no Senado depois que o projeto sair da CMO (Comissão Mista de Orçamento), onde está parado.

O governo, porém, deve sofrer uma derrota. Relator da proposta na comissão, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) informou à Folha que deve excluir a autorização para que Guedes use títulos públicos para pagar subsídios.

Se essa ideia prevalecer no Congresso, a equipe econômica não teria, a partir de julho, mais recursos para programas federais.

Estariam em risco o Pronaf (programa de fortalecimento para agricultura familiar), o Proex (financiamento às exportações), o PSI (programa de sustentação do investimento) e também operações de investimento rural e de custeio agropecuário.

"Não tem sentido nenhum aumentar esses gastos se temos um déficit tão grande, que temos de emitir títulos do Tesouro para pagar despesas básicas, como o BPC", disse Rocha.

Vincular despesas como BPC, Previdência, Bolsa Família e subsídios à autorização pedida ao Congresso foi uma decisão do governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), durante a elaboração do Orçamento de 2019.

A antiga gestão acreditava que quem fosse eleito não teria dificuldade em receber o sinal verde dos parlamentares para conseguir recursos destinados a essas áreas sociais.

O dinheiro tem de ser usado para esses setores, cumprindo o previsto no Orçamento e no projeto que está no Congresso. Para tentar garantir que o projeto seja aprovado até julho, secretários de Guedes começaram nesta semana a entrar em contato com o relator —duas semanas depois de o deputado assumir a função. O prazo para a área econômica, no entanto, é curto.

Desarticulado no Congresso, o governo Bolsonaro depende do aval dos parlamentares para que, a partir de julho, não interrompa o pagamento do BPC, benefício assistencial a idosos em condições miseráveis e pessoas deficientes.

Segundo técnicos da Câmara, se o governo fizer, no segundo semestre, a transferência aos beneficiários sem ter a autorização do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) poderá cometer crime de responsabilidade.

Nos bastidores, deputados dizem não acreditar que interlocutores do Palácio do Planalto consigam aprovar o projeto de lei até junho.

A oposição já prepara um pacote para atrasar a votação da proposta na CMO, pedindo, por exemplo, audiências públicas para debater a situação das contas públicas e a "regra de ouro".

Depois da comissão, o projeto ainda terá de passar pelo plenário do Congresso.

Por ser um pedido excepcional, a autorização para esses gastos precisará de maioria absoluta da Câmara e do Senado, e não apenas maioria dos parlamentares presentes, o que exige mobilização dos aliados de Bolsonaro.

Outra dificuldade de Guedes é que apauta do Congresso está trancada por 23 vetos presidenciais, que têm prioridade na votação. Bolsonaro precisará de amplo apoio as Casas para conseguir superar essa situação.

Dos R\$ 248 bilhões pedidos no projeto de lei, R\$ 201 bilhões são para despesas com a Previdência Social.

A partir de setembro, o governo não teria mais recursos para benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) se o projeto não for aprovado. O INSS tem 35 milhões de beneficiários.

Para o BPC, são R\$ 30 bilhões —previstos para os pagamentos a partir de julho. Os R\$ 8 bilhões para subsídios são necessários também a partir de julho.

A equipe econômica afirmou a parlamentares que talvez não precise emitir títulos do Tesouro Nacional para bancar o valor total das despesas previstas (R\$ 248 bilhões).

Uma parte poderia ser custeada com recursos do Banco Central.

Ainda assim, de acordo com técnicos da Câmara, o Congresso tem de autorizar os gastos previstos para o segundo semestre.

Estudo do Senado aponta que o custo real para pagar as despesas seria ainda maior caso o governo se endivide para obter os recursos.

Em nota técnica sobre o projeto enviado por Guedes, técnicos legislativos calculam que haveria um custo adicional de R\$ 23,2 bilhões por ano com os juros se forem emitidos títulos no valor total de R\$ 248 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/05/2019

Seção: Mundo

Autor: Gustavo Uribe

Título: Não foi a 'melhor decisão' de Guaidó, diz Mourão

Brasília- O vice-presidente Hamilton Mourão disse nesta quinta (2) que é possível avaliar que o opositor Juan Guaidó não tomou a melhor decisão ao iniciar o movimento para tentar derrubar o ditador Nicolás Maduro.

“Não estou no sapato dele, não sei quais dados ele tinha para essa decisão que ele tomou. A gente especula que não sei se estava com medo de ser preso ou se alguns elementos das Forças Armadas tinham prometido determinados apoios. Olhando agora, a gente julga que não foi a melhor [decisão] dele. Mas é o processo que está acontecendo lá na Venezuela.”

Na quarta-feira (1º), na saída de reunião para discutir a situação no país vizinho, Bolsonaro afirmou que Guaidó não sofreu derrota no conflito interno e o elogiou pelo “espírito patriótico e democrático”. O presidente disse ainda que há chances de o regime chavista ruir.

O vice-presidente ressaltou que a ordem no governo brasileiro continua sendo a de não intervir no país vizinho. Ele ressaltou que o único plano tem sido o de abastecer Roraima com combustível para que as usinas termo-elétricas garantam o fornecimento de Energia no estado.

Em entrevista à Rádio Gaúcha, Mourão disse que é difícil colocar um prazo de conclusão para o processo. Ele disse achar que existe uma fissura nos escalões subalternos, mas que “não há uma luz no fim do túnel”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Michel Temer e angra 3

A 1ª Turma Especializada do TRF-Rio julga, quarta, o mérito do habeas corpus de Temer. E também o dos HCs de Moreira Franco, coronel Lima e esposa (Maria

Rita Fratezi), Carlos Alberto Costa (pai e filho) e Vanderlei de Natale. Envolve as obras da usina nuclear angra 3.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/05/2019

Seção: Economia

Autor: DANIEL GULLINO

Título: Senadores tentam convencer STF a liberar exportação de amianto

BRASÍLIA- Senadores se organizam para pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) a revogação da proibição da produção e do uso de qualquer tipo de amianto no Brasil, decidida pela Corte em 2017 por riscos à saúde. Mais de 60 países já fizeram o mesmo. Os parlamentares argumentam que a decisão foi tomada sem base científica e prejudicou a economia. Querem ao menos autorização para a exportação da fibra mineral, que era matéria-prima de telhas, caixas d'água e outros produtos.

No último sábado, uma comitiva, que contou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), visitou a mina de amianto Sama, da empresa Eternit, em Minaçu (GO). Embora o julgamento tenha ocorrido em 2017, a decisão só foi publicada em fevereiro deste ano, quando a mina de 400 empregados foi paralisada.

Para o senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), que propôs a viagem, houve um "equivoco" do STF, já que o amiantocrisotila, o último a ser proibido, não seria cancerígeno.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), no entanto, sustenta que todos os tipos de amianto são cancerígenos, podendo provocar câncer de pulmão, laringe e ovário. Para Fernanda Giannasi, auditora fiscal do trabalho aposentada e uma das fundadoras da Associação Brasileira dos Expostos ao amianto (Abrea), não faz sentido permitir a exportação. Significaria expor trabalhadores brasileiros e a população de outros países aos riscos.

Em nota, a Eternit afirmou que espera uma diferenciação entre comercialização e exportação do amianto pelo STF ou que a Corte dê um prazo de dez anos para o fechamento da mina. Segundo a empresa, a produção já estava inteiramente direcionada à exportação desde o início do ano.

MME / ASCOM .